

GULBENKIAN BRIEFS

Democracia, Participação e Pluralismo: Que Futuros?

José Tavares



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM

Democracia, Participação e Pluralismo: Que Futuros?

José Tavares

O Futuro Entra em Cena (Outra Vez)

A democracia vive um momento “teórico”, ou seja, é claro para qualquer cidadão atento que a democracia pede para ser pensada. A necessidade de repensar a democracia nutre-se das mudanças no mundo e da aceleração do ritmo dessas mudanças, ou seja, do advento acelerado do futuro. O suposto fim da história acabou mais cedo que o previsto. Se a disponibilidade para pensar a democracia não pode deixar de ser positiva, é imperativo pensá-la de fora, a partir dos processos de transformação do mundo.

É inadiável repensar o futuro da democracia, tendo como ponto de partida não a democracia, mas o futuro. O que sabemos, suspeitamos ou antevemos do futuro e como isso condiciona, ameaça ou estimula a democracia. A discussão do futuro da democracia é um tópico recorrente, tendo até conquistado uma certa musicalidade e redundância, relegando o futuro para ator secundário, se não figurante. Neste ensaio, pretendo partir do futuro, dando-lhe a dignidade tantas vezes negada que nos permite examinar as suas implicações para o funcionamento e a saúde das democracias.

O futuro é, muitas vezes, não incremental. Ao contrário da natureza, dá saltos. É tentador exigir de mecanismos sociais como a democracia a mesma capacidade para saltos espetaculares, à nossa frente e a nosso pedido. Dilema: a democracia é especialmente eficaz a desencorajar a revolução e a violência, é uma máquina competente a legitimar formas imperfeitas de cuidar do bem comum. O preço a pagar pela inclusão e pelo respeito pela diferença, próprios da democracia liberal, a sua imperfeição na ação, a sua dificuldade em “dar saltos”.

Alguns pressupostos, mesmo se em breve se tornarem evidentes, merecem ser já nomeados. Em primeiro lugar, e apesar da incerteza latente, partimos de um retrato sumário, razoável, mas provável, do futuro próximo. Acreditamos que a recente aceleração da forma como percebemos o futuro acompanha uma maior definição sobre os seus contornos. Em segundo lugar, partimos da convicção de que a democracia representativa e liberal é, e deve continuar a ser, o melhor sistema para a tradução de interesses múltiplos, individuais ou de grupo, na formulação de políticas para o bem comum. Em terceiro lugar, assumimos um viés, adotando como ponto de partida a cidadania das democracias liberais em nações que beneficiam de uma prosperidade relativa no quadro mundial, ao mesmo tempo que integradas em espaços económicos alargados movidos pela troca de bens e ideias e o movimento de pessoas. Por outras palavras, abordamos o problema do futuro e da democracia em contextos onde a prosperidade não condiciona à partida as possibilidades da democracia. Isso leva-nos a focarmo-nos nos países industrializados ou emergentes, não por serem os palcos únicos ou privilegiados da democracia, mas porque nesses países se afirma o espectro do futuro na base do qual organizamos este ensaio: a consolidação da prosperidade, os efeitos da globalização e do cosmopolitismo, as migrações e o envelhecimento da cidadania e a entrada em cena, por vezes avassaladora, das novas possibilidades da tecnologia.

Democracia, Democracias?

É útil enquadrar a ideia de democracia entre dois polos interpretativos complementares, se não opostos: a visão maximalista de Rousseau, assente numa vontade comum, e a visão orgânica de Schumpeter, fundada em mecanismos e instituições partilhadas. Estas visões paralelas vão ajudar-nos, mais abaixo, a enquadrar a resposta da democracia ao futuro, nomeadamente o equilíbrio entre participação e pluralismo. Na democracia enquanto iluminismo de Rousseau, a “incorporação de cada membro como parte indivisível do todo” e a “direção suprema pela vontade geral” não prenunciam um equilíbrio virtuoso entre cidadãos e Estado. O conflito entre a liberdade dos indivíduos e o poder do Estado é reconhecido como um problema que é suposto ser resolvido pelo sacrifício da liberdade natural do indivíduo à chamada liberdade civil. O problema do poder, em Rousseau, a sua missão, é substituir poderes individuais díspares numa poderosa combinação capaz de atuar concertadamente e ultrapassar qualquer resistência. O impulso unitário, antipluralista e até anti-institucional esconde-se facilmente atrás de uma suposta natureza orgânica do poder. O conceito de alienação surge, não como falha, mas como mecanismo virtuoso, por vezes com a designação de “alienação total”.

Essa vontade geral prossegue, por definição e por tautologia, o bem público. E essa vontade geral não erra. Mais, e pior, a vontade geral e o bem público são indistinguíveis. Uma tautologia que, como outras, dispensa subtilezas e pluralismos. Rousseau distingue entre a soma das vontades individuais, a vontade de todos e a vontade geral. E arrisca dizer que a vontade geral é a de todos, depois de cancelarmos os mais e os menos dos desejos de cada um. Esta álgebra simplista, este utilitarismo rudimentar, não se alimenta da diferença nem da tolerância, não sopesa os direitos civis e facilmente oblitera os direitos fundamentais. O soberano, feito orgânica e magicamente da massa de todos, não tem por definição interesses contrários a cada um, por isso dispensa garantias. Pelo mero facto de ser, o soberano é tudo o que deve ser. Este tipo de realismo mágico funcionaria talvez num mundo de muito poucos ou de muitos idênticos entre si: os mesmos recursos, as mesmas circunstâncias, as mesmas preferências. O mundo não é assim e, ousamos dizê-lo, ainda bem, pois as virtudes do pluralismo e a mecânica moderada das instituições estão perigosamente ausentes deste sonho de contrato social.

Já a democracia à Schumpeter exclui, à partida, a existência de um bem comum definido de forma precisa e única. Mais, segundo Schumpeter, esse bem comum não está ao nosso alcance pelo exercício de argumentos puramente racionais, não apenas por distorção behaviorista da ação dos indivíduos, mas também porque o próprio comércio utilitarista entre a utilidade de uns e de outros não pode ser inteiramente e só apoiada na razão. A democracia não tem na álgebra utilitarista uma base para conciliar os vários valores individuais. O bem comum utilitarista – o máximo de satisfação para o máximo de indivíduos – não consegue sequer produzir uma métrica comum, e a soma dos desejos de uns e outros corresponde à soma de maçãs e laranjas. Segundo Schumpeter, a dignidade da ideia democrática não depende da mistificação de uma vontade geral ou mesmo um bem comum, reside antes na confiança partilhada na acessibilidade e funcionamento aberto e concorrencial dos mecanismos fundamentais da democracia.

Para Schumpeter, a decisão pelo eleitorado deve ser secundária em relação à eleição de representantes. A finalidade do povo é eleger os seus representantes. O “método democrático é o arranjo institucional que permite chegar a decisões políticas em que alguns indivíduos ou grupos acedem ao poder de decidir através de uma luta concorrencial pelo voto dos cidadãos”. É a eleição “clara e limpa” dos representantes que é o âmago da democracia, mais que a emergência mística de uma vontade geral ou bem comum, ou a utopia da decisão permanente, por todos e sobre tudo. A maquinaria da concorrência política está no centro da democracia schumpeteriana. A ênfase é no *modus procedendi*, fácil de verificar e de servir como critério de funcionamento saudável das democracias. As eleições livres e concorrenciais são reconhecidas como o único método eficiente de governar em comum e a liberdade de opinião, de expressão e de imprensa, o seu alimento, quaisquer que sejam a dimensão e a diversidade da comunidade política. As eleições não servem apenas para eleger, servem para destituir os representantes. As revoltas espontâneas, de rua, seriam a exceção porque, de facto, contrárias ao espírito da democracia procedimental de Schumpeter. A vontade da maioria, expressa em eleições, é apenas isso mesmo, a vontade da maioria, não a “vontade do povo”, mas, para Schumpeter, essa vontade da maioria é o “suficiente” se o perseguirmos e protegermos através da concorrência justa entre partidos, grupos, opiniões e interesses.

Naturalmente, a democracia realmente existente move-se entre a democracia abstrata e descolorida de Rousseau e a democracia imperfeita e procedimental de Schumpeter. Não será exagerado dizer que o pragmatismo e o funcionalismo de Schumpeter parecem ter ganho a primazia na consolidação da chamada democracia liberal das sociedades desenvolvidas e cada vez mais complexas dos nossos dias. Se a inelutabilidade da vontade geral de Rousseau não garante, nem sequer talvez entenda, direitos essenciais, a arquitetura aberta e concorrencial da democracia schumpeteriana obriga naturalmente à consideração desses direitos e à sua incorporação nos mecanismos do progresso social. A democracia liberal é liberal por velar pela concorrência equilibrada entre os atores políticos, mas também por proteger os direitos fundamentais do indivíduo, excluindo a sua dissolução na métrica algébrica do utilitarismo ou na mística e prepotente vontade geral.

Os Quatro Cavaleiros do Futuro

Depois de um período de aparente acalmia, o futuro parece ter sofrido uma aceleração e uma desorganização que confundem e assustam. De entre a crescente cacofonia de futuros reais e imaginados, devemos destacar alguns campos de transformação claramente perfilados, evitando os habituais fetiches dos divulgadores do futuro. Aqui, dividimos o protagonismo do futuro em quatro campos de ação: a prosperidade, a globalização, a demografia e a tecnologia. Como todas as divisões do real, esta enferma de alguns problemas: a prosperidade não existiria, sabemo-lo, sem os contributos da tecnologia e da globalização; a demografia, nas suas vertentes envelhecimento e migrações, é resultado dessa prosperidade e da sua desigual distribuição. Os palcos do futuro interligam-se, reforçam-se e contaminam-se mutuamente, mas, não sendo perfeita, esta divisão do futuro em quatro grandes linhas é, julgamos, útil.

O futuro trabalha em, pelo menos, duas margens: primeiro, torna possíveis e acessíveis coisas novas, é o campo da tecnologia e da racionalização; em segundo lugar, transformando não apenas o possível, mas também as condições de vida individual,

transforma o espaço do desejado. Por outras palavras, o futuro muda as tecnologias, os objetos, os recursos disponíveis, mas também alarga e modifica as preferências e as vontades. Sabemos que nem tudo o que é novo é desejável, assim como muito do desejado não é imediatamente possível. O futuro alarga o que queremos não apenas na direção do possível, mas também de novos impossíveis. Este ensaio trabalha as duas margens do futuro: a produção de futuro, no sentido do aumento do possível, e o consumo de futuro, no sentido de variação do desejado.

Prosperidade

A mais relevante boa velha notícia das sociedades industrializadas é a prosperidade, o aumento sustentado dos recursos materiais acessíveis ao indivíduo. Essa grande prosperidade relativa das sociedades liberais, em particular na Europa e nos Estados Unidos, é evidente quando a comparamos com o seu passado ou com a situação dos países seus contemporâneos menos prósperos. Historicamente, a democracia deu-se bem com a prosperidade, especialmente quando distribuída com equidade. Na relativa prosperidade de algumas das cidades-Estado gregas, como nos países industrializados do pós-Guerra, a democracia parece ser a filha preferida da prosperidade. O avanço material a que chamamos prosperidade tem consequências a dois níveis: do lado das possibilidades, gera uma abundância de recursos que aumenta o campo do possível e, portanto, da escolha; do lado das vontades, alimenta preferências e gera expectativas de bem comum, nem todas passíveis de realização. Algumas destas preferências mudam no tempo e até contrastam com a vontade dos eleitores das democracias do passado. Até agora, o equilíbrio entre possibilidades e desejo não tem feito perder terreno à preferência pela democracia como método de decisão e de exploração do bem comum.

Uma outra questão, mais complexa e hoje mais saliente, é se a democracia, de *per se*, favorece o crescimento e a prosperidade, se é sua causa motriz, além de aparente consequência. A tecnologia e a globalização parecem hoje concorrer para a vida das democracias iliberais. A ascensão, nas últimas décadas, de vários estados iliberais capazes de exibir grande eficácia material impôs a pergunta: no futuro, a prosperidade prescindirá da democracia? Esse fantasma que entrou em cena, as sociedades iliberais materialmente bem-sucedidas, favoreceu a ideia de que a democracia é descartável. Se isso acontecer, parece que será por razões de eficácia, não de felicidade ou dignidade humana, por força do poder aumentado e dos recursos dos Estados, não por livre expressão da vontade cidadã. A democracia enquanto produtor de diversidade e tolerância não parece para já ameaçada, é enquanto garante de prosperidade continuada que se interroga a si mesma.

A Saciedade e o Simbólico

Uma das consequências da prosperidade continuada é a relativa saciedade, pelo menos em relação ao mais imediatamente material: as necessidades de abrigo e proteção, alimento e vestuário. Mas também o bem-estar mais mediato, como o acesso à educação e à saúde, estão razoavelmente bem satisfeitos nas economias desenvolvidas, com uma decidida e consensual participação do Estado. Esta saciedade material da maioria tem consequências políticas. Para lá da prosperidade material, e porque aquela está

relativamente consolidada, entram em cena ânsias alargadas, abstratas, chamadas por vezes pós-modernas, que estão associadas à sustentabilidade de uma qualidade de vida que vai além do material. Um Estado social, robusto até aqui, e uma paz aparentemente perpétua, pelo menos na Europa, deram o sinal de conforto e de estabilidade que ativou pequenas e grandes utopias que propõem um regresso a um passado falsamente idílico ou uma caminhada em alvoroço para um futuro simplista que já demonstrou uma aderência muito limitada a qualquer tipo de realismo. O sonho de uma sociedade sem conflitos, sem desigualdades, sem cansaço e sem raiva irrompe como possível e até exigível. Novas aspirações, novas mobilizações tornam-se prioridade. A chamada modernidade líquida leva a uma difusão e fragmentação dos objetivos coletivos, que se tornam mais difíceis de gerir que as aspirações do passado.

Assim, a prosperidade e a concomitante desaceleração do crescimento económico, depois das décadas de ouro de crescimento no pós-Guerra, têm hoje como contrapartida uma aceleração do simbólico. Enquanto a sociedade industrial favorecia a dupla significação do mundo – campo e cidade, agricultura e indústria, homens e mulheres, trabalho e capital, nacionais e estrangeiros –, a sociedade pós-industrial, com base nos serviços e, cada vez mais, no conceito de experiência, clama por significações múltiplas, mais complexas, mais flutuantes. A visão de uma sociedade ideal, passada ou futura, entusiasma novas hostes de idealistas absolutos associadas não apenas aos extremos do espectro político, mas também aos que se colocam à margem do objetivo de uma vida em sociedade.

Uma das consequências inexplicavelmente desconsideradas da prosperidade é a importância crescente dos serviços. Passadas agora algumas décadas do desaparecimento de um imaginário rural e agrícola, os protagonistas da prosperidade ainda não ganharam consciência do seu afastamento do materialismo da indústria e até, metaforicamente, das cidades. Os cidadãos das sociedades mais desenvolvidas vivem imersos na desmaterialização, submersos no virtual. Não só já não plantamos os nossos próprios alimentos, cada vez mais os consumimos pré-preparados, chegados do exterior, entregues à porta da nossa casa, onde a lareira do entretenimento nos chama não ao convívio gregário, mas ao consolo cinematográfico de mundos semi-imaginados. Nesta sociedade do espetáculo e do entretenimento, a democracia perdeu paulatinamente o selo do entusiasmo do novo, o valor transformativo da experiência. Muita da abstenção não se erige em crítica do sistema ou dos seus incumbentes, é apenas vontade de praia e de tempo livre. Debaixo dos paralelepípedos a praia anunciaram os filhos da grande prosperidade do pós-guerra, e não podiam estar mais certos, mesmo que a praia, hoje, seja o terreno maravilhosamente reconfortante do lazer e do virtual. O afastamento dos cidadãos dos mecanismos formais de participação política traduz um afastamento, alienação até, que são próprios de uma sociedade liberal onde a democracia vive dos confortos e se sustenta mais na prosperidade e na tolerância distraída do que na participação política.

Das estantes do mundo para-religioso da autoajuda, torna-se comum extrapolar para utopias coletivas implausíveis. O mundo líquido dos bem-alimentados, atentos aos animais, às plantas e ao planeta (Terra), interrompe os seus exercícios de ginásio para exigir – cada vez mais virtualmente – um mundo melhor. As reações epidérmicas ao outro e ao diferente, assim como a emergência de um discurso público com a resiliência do cristal e do vidro não temperado, ameaçam afastar do espaço público o debate e a liberdade pela palavra.

Algumas elites detentoras de uma prosperidade sem precedentes, atormentadas por culpas privadas, incendeiam as massas contra o outro, seja o outro as minorias facilmente reconhecíveis, seja o outro a maioria dos pobres e remediados contemporâneos, agora erigida em responsável perpétua dos crimes e excessos dos poderosos do passado. Ninguém ficará inocente nesta autorredenção imediatista. A saciedade material alimenta, neste ponto, a intolerância e faz brotar apressados exércitos da virtude cujo propósito é serem os primeiros a apontar a culpa dos outros.

Redistribuições

Nas sociedades mais ricas, à medida que a prosperidade ganhou raízes e se tornou um dado adquirido, a redistribuição ganhou, naturalmente, protagonismo. Satisfeitas muitas das urgências da prosperidade, o desejo de redistribuição toma a dianteira. A presença recorrente da pobreza e da doença, do risco individual assim como agregado, mantêm o foco na importância da redistribuição. Ao mesmo tempo, num contexto de aumento assinalável da consciência do outro, aumenta o valor simbólico dessa redistribuição. Outra componente-chave da redistribuição do pós-Guerra foi a partilha de riscos, na doença e na invalidez, no desemprego e outros. O valor dessa partilha do risco vai muito além dos meros montantes que são postos na mesa para contrariar os seus efeitos. Uma nova aversão e intolerância ao risco é também filha da sociedade do conforto. É impossível conceber um futuro para a democracia nas sociedades desenvolvidas sem manter a proteção contra o risco como prioridade. Assim, o futuro do processo democrático enfrentará dificuldades advindas não da prosperidade, mas da ânsia de redistribuição, melhor, redistribuições, e do seu inevitável impacto na capacidade da sociedade para continuar a produzir prosperidade suficiente.

Um dos companheiros de jornada da prosperidade nas sociedades desenvolvidas é o Estado social, um sucesso baseado na universalidade e na tendencial gratuitidade. Esse sucesso alimenta expectativas de alargamento do âmbito da justiça social por intervenção orçamental no momento preciso em que o Estado social é posto em cheque pelo envelhecimento e pela contração da população ativa, assim como pelas baixas taxas de crescimento económico. A prosperidade leva, inelutavelmente, à desaceleração do crescimento e à diminuição ou retração do montante de recursos disponíveis, ao mesmo tempo que instiga o impulso idealista de alargar o campo de atuação do Estado. A dissociação entre o desejo e a perceção do possível, por um lado, e as possibilidades orçamentais, por outro, colocará novas exigências aos mecanismos democráticos.

Globalização

A globalização acelera a circulação de bens, serviços, capitais, pessoas e, não menos importante, dados, ideias, culturas. As consequências são económicas e políticas. Porque a globalização é um dos pilares da prosperidade, porque atinge de forma desigual trabalhadores em diferentes países e setores de atividade, porque permite aos cidadãos cotejar destinos diferenciados, gerando expectativas que se transformam em exigências políticas. A globalização gera “ganhadores e perdedores”, entre os últimos certamente os cidadãos menos qualificados das chamadas democracias liberais. Na

realidade, o desemprego e a precariedade atingem particularmente os “descamisados” das democracias liberais, que se tornam vulneráveis a impulsos populistas. O clamor por medidas protecionistas nasce também dessa exposição ao risco que corresponde ao avanço inexorável da globalização. A globalização, na medida em que aumenta as possibilidades de produção e os desejos de consumo, aumenta a razoabilidade das idiossincrasias e a diversidade de desejos dos cidadãos. A integração económica e a prosperidade facilitam a desintegração política. Transformam-nos em habitantes entusiastas de pequenos Estados imaginários que misturam os benefícios tecnológicos e a escala associados à prosperidade global com as idiossincrasias de milhares de mim-mins com preferências muito distintas. Na cabeça de muitos, tornou-se possível ser cidadão de uma nação sábado à noite e cidadão de outra nação domingo de manhã, de uma nação no horário de trabalho e de outra nas férias, de uma nação na companhia dos amigos e de outra junto dos pais envelhecidos.

O processo de globalização diluiu o apego do cidadão à geografia de atividade, trocando-o pela procura da melhor qualidade, dos melhores preços, do melhor retorno, onde quer que seja possível encontrá-los. Com graus diferentes, agora somos todos consumidores do mundo e, no caso de alguns privilegiados, verdadeiros cidadãos do mundo. Os filhos da prosperidade vivem cada vez mais a saltitar entre várias jurisdições simbólicas adotivas. Os diferentes significados com que construímos a nossa vida são cada vez mais desligados em relação às mensagens da nação geográfica onde nos cabe viver e residir. A democratização do acesso ao entretenimento e a ascensão de culturas e interesses partilhados a nível global baralham as antigas lealdades, facilitam a mobilidade, mesmo que apenas virtual, e oferecem novos palcos para o cidadão encontrar a sua voz. O palco da democracia dilatou-se também pelo acolhimento de questões de âmbito mundial como parte do nosso caderno de encargos. A globalização multiplicou as comunidades imaginadas e só podemos esperar ainda mais multiplicações.

No campo económico, a globalização, em conjunto com o envelhecimento e a automação, aumenta as dificuldades de financiamento do Estado social, restringindo os recursos materiais disponíveis para a redistribuição. Ao mesmo tempo, no campo cultural, a globalização fomenta uma corrida à redistribuição real e simbólica desde os velhos protecionismo, xenofobia e racismo até às explosões identitárias e à multiplicação de microidentidades. As tradições de tolerância coletiva e emancipação individual, mesmo assim bastante recentes nas democracias liberais, são postas em causa por impulsos paratotalitários reminiscentes dos desvarios ideológicos que atormentaram a Europa do século XX. Identidades conservadoras ou ativistas recentes, soberanias e microssoberanias, competem pelo palco da vida coletiva, pondo em causa princípios de igualdade e universalidade que, apesar das limitações na sua aplicação histórica concreta, estão presentes, pelo menos, desde a cidadania grega, no caso da política, e da república romana, no caso do direito.

Demografia

A democracia é confrontada com diferentes demografias, a sua diversidade de recursos e de interesses: novos e velhos, cidadãos e imigrantes, a própria distribuição dos cidadãos no espaço. Muitas destas diferenças diluem-se pela passagem do tempo: os

jovens envelhecem, os imigrantes tendem a adotar as preferências locais, e a liberdade de movimento dos cidadãos no espaço dilui as diferenças de destino no interior de uma jurisdição. Há dois movimentos demográficos que, mais que anúncios, são já realidades potencialmente transformadoras das dinâmicas democráticas: o envelhecimento e a imigração.

Envelhecimento

O progressivo envelhecimento das sociedades mais avançadas tem duas consequências distintas: em primeiro lugar, diminui os recursos disponíveis para financiar a atividade do Estado, que não o sistema de pensões, em quase todos os países avançados de tipo *pay as you go*, em que os cidadãos ativos, cada vez uma fração menor do todo, financiam os aposentados; em segundo lugar, o aumento do peso da população idosa, os seus interesses específicos e o seu peso eleitoral podem criar tensões entre novos e velhos.

A relativa alienação dos jovens dos mecanismos formais da democracia, ao contrário dos mais idosos, cria uma democracia a duas velocidades, confrontando a calma institucional e processual acolhida pelos idosos com o purismo e a urgência de transformação manifestada pelos mais jovens, usuários mais frequentes da rua e das redes como meios de participação. Num contexto de diminuição do rácio de ativos por pensionista no mercado de trabalho, a que se soma a precarização do emprego, erguem-se tensões entre os idosos, beneficiários de um Estado social relativamente generoso, e os mais jovens, chamados a contribuir, mesmo se contemplando uma esperada diminuição dos benefícios futuros. A sustentabilidade do projeto democrático e a valorização dos seus procedimentos formais dependem da forma como integra, sustentadamente, os votantes mais jovens e, até, os futuros votantes. Movimentos ativistas, de rua, têm demonstrado a sua notável capacidade de mobilização dos muito jovens, alguns ainda não eleitores, por exemplo na exigência de soluções urgentes e globais para as alterações climáticas. Esta urgência milenarista aponta o dedo aos adultos, ou seja, aos pais, aos avós, aos eleitores, e tem trazido a terreiro a ideia e mesmo a proposta de uma redução da idade elegível para o voto. Assim, a participação formal ou informal dos jovens não eleitores converteu-se já numa questão, e não de somenos, da democracia.

Migrações

No caso da circulação de pessoas entre jurisdições nacionais, naturalmente estimulada pelo processo de globalização, as consequências políticas anteveem-se mais relevantes que as trocas de bens, serviços e capitais. Ao contrário das grandes migrações do final do século XIX e do início do século XX, as grandes migrações que se adivinham terão como destino provável zonas prósperas, envelhecidas e culturalmente densas. Os europeus que emigraram em resultado da transição demográfica de há um século e demandaram as Américas animados pela esperança numa melhor política e numa melhor economia. Nesses territórios, imaginaram derivações de si mesmos e da sua cultura em territórios de baixa densidade populacional. Hoje, os imigrantes que demandam a Europa, vindos de nações fustigadas por conflitos e pelo caos económico em plena transição demográfica, não encontrarão a norte (nem a oeste) a baixa

densidade e um mundo por imaginar. A possibilidade de tensões de ordem cultural entre cidadãos e imigrantes recentes é manifesta e um teste relevante para o pluralismo das democracias liberais.

Apesar do efeito mitigador do tempo, democracias de idosos nativos e jovens imigrados são hoje, se não realidade, forte percepção. As diferenças culturais e etárias fortalecem uma narrativa fértil para atizar o medo do outro. A dinâmica do fenómeno da imigração, que se antecipa aumentada no futuro, não tem dado lugar a respostas equilibradas. Por um lado, um conservadorismo tradicionalista procura no passado ideado um conforto, se não económico, pelo menos pessoal. A fé, a nação, a família e os amigos próximos acenam como um espelho coerente que atrai pela confirmação confortável do mesmo, contra a emancipação e inovação social que resulta da afirmação e integração do outro. A este outro enquanto estrangeiro, junta-se como falsa ameaça a um painel que inclui o outro enquanto género, as minorias sexuais e até a velha massa incómoda dos pobres. Por outro lado, uma resposta ingénua e maximalista tende a negligenciar quaisquer limites sociais à integração de imigrantes, limites esses aparentemente próximos de serem tocados em sociedades miticamente tolerantes, como é o caso de alguns países escandinavos.

Adjacente ao campo estrito das migrações, outras demografias gozam da possibilidade de se desligarem da geografia, como os profissionais ou aposentados deslocalizados, muito bem remunerados, que colhem os benefícios económicos – e políticos? – da sua forte mobilidade. Estes outros, de repente, não estão verdadeiramente aqui, não pagam impostos aqui e não elegem representantes aqui. Estes *impatriados*, assim chamados por contraste de condições com os imigrados, anunciam a possibilidade de uma democracia sem fronteiras, mas só para alguns. Uma democracia de milionários no espaço, uma democracia de astronautas. O seu impacto nos preços do imobiliário e o seu estatuto fiscal excecional têm todas as condições para alimentar um tipo mais de polarização.

Tecnologia

Por fim, a tecnologia, o anúncio mais evidente do futuro. A tecnologia altera, pouco a pouco ou aos saltos, a chamada realidade. Mas será que, na medida em que testemunhamos o espetacular na técnica e na ciência, podemos incorrer na falsa esperança de que os limites da ação puramente humana, incluindo a política, também são facilmente ultrapassáveis? Não é isso que a história insiste em recordar-nos, com utopias e com mortos. O avanço das tecnologias altera os problemas enfrentados pela sociedade, não os elimina. Os dois processos tecnológicos que congregam o maior potencial de transformação da realidade das democracias liberais são a automação e o advento das redes sociais. A automação atua sobre os recursos, nomeadamente o tipo, qualidade e a quantidade de empregos disponíveis, enquanto as redes sociais transformam a dinâmica e o sentido da participação política.

Automação

Uma das grandes certezas futuras é o avanço da automação, isto é, a progressiva e cada vez mais universal substituição de cidadãos trabalhadores por máquinas produtivas que não

votam nem pagam impostos. É hoje antecipado que essa substituição de trabalhadores por máquinas atinja um nível sem precedentes, que justifica preocupações. Aliada à inteligência artificial, a automação será alargada a um número muito significativo de tarefas, não poupando, desta vez, as tarefas relativamente bem remuneradas da classe média. O impulso ludita, de reconhecida futilidade histórica, pode desta vez ter eco universal.

A automação abre a possibilidade de um mundo do trabalho em que o desemprego estrutural ou a precariedade atinjam níveis mais altos, ao mesmo tempo que certos nichos de atividade, alicerçadas nas novas tecnologias, alcancem remunerações, a todos os níveis espetaculares. É de temer a possibilidade de polarizações muito significativas, com o esvaziamento da classe média, cujos rendimentos crescem a níveis bastante débeis há algumas décadas. De certa forma, a globalização, pelo *outsourcing*, e a automação complementam-se nos seus efeitos de esvaziar as classes médias dos países mais desenvolvidos do seu peso económico e político. A âncora da democracia liberal é substituída por trabalhadores eficientes e distantes, não nacionais, ou por máquinas cada vez mais produtivas. Ambos, estrangeiros e máquinas, não votam e não pagam impostos. Mesmo que seja possível redistribuir rendimentos ou serviços para a maioria, alimentados pelos ganhos de eficiência, será com certeza distópico ver crescer a percentagem de eleitores que não trabalham e não pagam impostos, já para não referir a possibilidade e ver a automação empregue nas próprias tarefas da governação. Taxação e representação, sabemos bem, precisam de trabalhar em conjunto, sob pena de provocarem efeitos imprevisíveis.

Em paralelo com a prosperidade, a automação e a inteligência artificial, ameaçam os empregos rotineiros, tanto os menos qualificados, como também os empregos de muitos quadros intermédios. Este quadro de transformação técnica atua em paralelo com uma globalização que arrasta, ou arrastou, muitos empregos para jurisdições distantes em países emergentes que perseguem entusiasticamente uma prosperidade que sentem ao alcance da mão.

Redes

A sofisticação das novas tecnologias, a par da portabilidade dos mecanismos de comunicação, constitui um dos desafios mais reconhecidos ao funcionamento da democracia. A sua “dádiva ambígua” é a possibilidade técnica de assegurar uma participação tendencialmente imediata e universal, sem sinais de sustentar o nível de debate e pluralismo que tradicionalmente se associa ao processo de deliberação das democracias liberais. Nas redes, como num pesadelo religioso, está tudo ligado. Infelizmente, de um modo superficial, individualista e gregário em extremo, uma distopia da integração de tudo e todos. Entre a autoajuda na esfera pessoal e o autoengano na esfera política, imagens incompatíveis de sociedades alternativas, todas mais que perfeitas, povoadas por gente que se insulta de longe, aos gritos. A “vontade geral” – ou vontades –, em contínuo, será isso democracia?

Quando coloca a hipótese de participação de todos em contínuo na mesa, a tecnologia de informação desafia diretamente a paz e a paciência dos representantes, habituados a uma cortina de proteção até aqui facilmente justificada pela dificuldade logística da participação universal e continuada. Numa democracia que se queixa frequentemente

da queda da participação, a decisão em contínuo com âmbito universal clama por uma contra-argumentação que não seja mero reflexo protecionista do modo de viver dos representantes. Havia esperança que a democracia instantânea se tornasse possível ou, pelo menos, a maioria instantânea. Se a tecnologia tornou possível a recolha e difusão eficaz das preferências individuais, incluindo as preferências políticas, menos claro é o seu contributo para o debate informado e plural. Se, por um lado, os representantes dos eleitos perdem espaço para conspirações ou intransparências, por outro tudo se torna tão rápido que, no processo de escrutínio, ninguém tem tempo para atirar a primeira pedra. As primeiras pedras vão estar já e sempre a caminho. As opiniões e os grupos encontram-se diariamente para ajustar contas, minuto a minuto, na praça virtual do conflito e da intolerância.

A democracia alimenta-se de procedimentos lentos. Precisa de tempo e às vezes, precisa de “perder tempo”. O espaço e o tempo que serviam de resguardo ao deliberar dos representantes colapsaram. As eleições, tantas vezes chamadas “a festa da democracia”, tornaram-se um momento escandalosamente passivo de envolvimento dos cidadãos na escolha pública. A desintegração manifestada nas redes é política, mas também social, e espelha a busca atomizada de milhares de diferentes formas de felicidade que têm dificuldade em encontrar-se num espaço comum de discurso. A tecnologia de informação e comunicação veio, afinal, expor um cidadão dificilmente reconhecível como racional, antes impulsivo e simplisticamente gregário, legitimando aqueles que sugerem que não podemos todos, ao mesmo tempo e a toda a hora, decidir rapidamente sobre tudo. Ao lado da “grande festa da democracia”, vários festins, se não pior, alimentam-se nas redes sociais da participação instantânea, impulsiva e aparentemente universal dos consumidores de redes sociais. A tirania da decisão universal em contínuo é agora uma possibilidade técnica.

Pode a Democracia Responder ao Futuro?

O abrandamento do crescimento económico e o envelhecimento da população nas democracias liberais das sociedades industrializadas parecem diminuir a dinâmica que apoiou, na segunda metade do século XX, o otimismo de horizontes das democracias liberais. Por outro lado, a globalização, com a deslocalização de rendimentos e empregos para as economias emergentes, a automação, com a ameaça do desemprego estrutural, e a imigração parecem pôr em causa a sustentabilidade das sociedades pluralistas, tolerantes e cosmopolitas que constituem o pilar das democracias liberais. No caso dos imigrantes, a questão da participação é a mais saliente, uma vez que a questão da imigração faz parte do debate pluralista das democracias liberais. Já a resposta de certos sectores da sociedade às ameaças percebidas associadas à globalização e à automação parecem clamar não apenas em novas formas de participação, mas mais pluralismo, no sentido de um debate que vá além dos impulsos primeiros de rejeição do novo e do outro. É difícil imaginar outras armas com que a democracia possa responder ao futuro que não a participação e o pluralismo. A resposta aos vários futuros que se perfilam não pode prescindir de mais participação e pluralismo. Paradoxalmente, as redes digitais pareciam prometer possibilidades técnicas nunca vistas no avanço da participação e da democracia. Hoje, sabemos que é mais complicado.

A democracia, enquanto regime político positivo, é ao mesmo tempo uma tecnologia para governar uma comunidade e um mecanismo de progresso e de inovação social.

É um sistema aberto, que não define futuros, mas valoriza critérios de auscultação dos indivíduos e de decisão pelo coletivo. Essa largueza de fins e fineza de métodos permite a inovação, mas empresta vulnerabilidade à democracia. Por vezes, uma e outra missão da democracia, ouvir e governar, entram em contradição. Assim, uma participação *à outrance*, espontânea, mas passional, pode sacrificar facilmente a tolerância, a justiça e, até, a convivialidade social à *hubris* na mudança social. Só a participação embebida de pluralismo e tolerância permite inovar e governar com o menor número possível de vítimas, se algumas. Não há democracia sem pluralismo e sem tolerância. A democracia sem pluralismo é a matemática do mais forte, a matemática da maioria.

O modelo de democracia grega, ideal porque também idealizado, deixou de ser remotamente realista à medida que se multiplicou a escala das jurisdições e a complexidade das sociedades. O pluralismo da praça pública, debate na rua e do voto de mão no ar, acessível a um número restrito de cidadãos, restrito aos homens livres, proprietários, tornou-se, felizmente, coisa do passado. Num mundo em que a consolidação das nações multiplicou a escala da cidadania e o desenvolvimento económico e cultural multiplicaram a complexidade das decisões coletivas, a participação e o pluralismo continuam a ser o centro daquilo a que podemos continuar a chamar democracia.

É hoje tecnicamente possível alcançar o “ideal” de ter todos os cidadãos envolvidos em cada decisão do governo. Duvidamos que seja alguma vez desejável. Para além das questões deixadas aos “peritos”, desde a administração da justiça à emissão de moeda, escrutinadas pelos representantes, mas não diretamente pelos cidadãos, não é absolutamente nada claro que a multiplicação da capacidade técnica e a maior complexidade da vida social exijam uma participação mais contínua, instantânea e universal. A clareza e a eficácia requerem tempo. Os representantes recebem do sistema político o tempo para o escrutínio; os representados, não. Um dos paradoxos da evolução tecnológica é que maximizou as possibilidades de participação e debate, sem garantir com isso um aumento do pluralismo.

Milenarismos

O suposto fim da história arrastou consigo o absoluto sucesso semântico da democracia. Todos os regimes, independentemente das suas falhas e das suas tiranias, se reclamam democráticos. Os sufixos da democracia são por vezes ilusórios e chegam a mascarar projetos milenaristas de mudança da natureza do mundo e da natureza humana, que nada têm de democrático, mesmo na aceção mais generosa da palavra. A primeira frente da participação e do pluralismo como agentes da democracia é evitar, tanto quanto possível, a queda em autoritarismos ou totalitarismos.

De certa maneira, a democracia liberal – ou burguesa, se quisermos – foi uma resposta a esses milenarismos, a resposta cívica de uma sociedade em industrialização e em pleno desabrochar da ciência, uma resposta política do agora próspero e plural às promessas religiosas de uma vida melhor, mas só na vida depois da morte. Também as profecias materialistas, igualmente milenaristas, de uma igualdade utópica como âncora de prosperidade nunca se concretizaram. Em lugar das várias fés, adotámos a mecânica da liberdade de expressão e os partidos; em lugar da revolução, os

melhoramentos; em lugar da participação violenta e impaciente dos descamisados, o voto universal em que todos são constitucionalmente e regularmente considerados por igual. Nos primeiros impulsos de alargamento do eleitorad, ainda se receava a chegada da hora dos pobres, que arrastariam para o palco da democracia a sua impaciência e – temia-se – a expropriação e a violência. Não aconteceu.

O fantasma milenarista permanece uma ameaça à paciência e imperfeição da democracia liberal. A urgência e o idealismo dos descamisados emergem com frequência como uma ameaça real à democracia liberal. Uma democracia de exatamente iguais, isto é, de cidadãos com as exatas mesmas preferências – e recursos –, é uma tentação constante dos iliberais. A possibilidade de alcançar esse tipo infantil de igualdade tem sido regularmente desmentida pela história. Enquanto a religião acalmou os pobres bíblicos e, contra todas as expectativas, a democracia liberal acalmou os pobres da indústria, transformando-os na classe média das sociedades de serviços, a pós-modernidade líquida ainda não decidiu se a democracia liberal é o sistema político apropriado para acalmar os ânimos impacientes dos filhos da prosperidade. A democracia, especialmente a democracia liberal, sofre com os milenarismos, sejam eles fruto de profetas perversos ou pueris.

Participação

A participação pelo voto é visível e ostensivamente igualitária. Como o mantra “um homem e um voto”, que na origem se esquecera ainda da igualdade de gênero, nos recorda. No entanto, é muitas vezes seletiva e parcial, sabendo-se que desencoraja particularmente os pobres e os menos educados. Já a participação não eleitoral, mais espontânea e orgânica, torna evidente a desigualdade entre grupos, os seus recursos e motivações. Tem um potencial de disrupção e torna explícito como a democracia se move em resposta a impulsos particulares. As redes revelam a relojoaria interna dos atores da democracia.

A liberdade de expressão inclui a liberdade de exprimir a sua opinião e, até, de não ter opinião sobre todas as coisas: a não-opinião é parte da liberdade de expressão. Não participar formalmente da vida democrática, no cômputo geral da vida dos indivíduos, pode ser racional. Não significa por si só um menor apego ao projeto democrático, pode muitas vezes resultar exatamente da sua consolidação. A não-participação pode não ser uma perversão. Difícil de aceitar para uma sociedade ainda muitas vezes refém do idealismo das luzes, em que todos têm o tempo e a obrigação de se instruir sobre tudo ou quase tudo. A sociedade próspera dos serviços, do entretenimento e dos tempos livres opta, muitas vezes, por exprimir-se apenas sobre o essencial e o próximo. Essa não-participação é um desafio para a democracia, mas pode ser, paradoxalmente, um sinal de saúde social. De modo especial quando, precisamente, o mundo do entretenimento e da comunicação promove um pluralismo extremado e militante, ou enquanto o fizer.

Apesar das dores públicas das elites políticas, o pecado original da democracia representativa não é a falta de participação dos representados, mas a falta de escrutínio dos representantes. Esse escrutínio depende de mais e melhor, e não de menos, pluralismo, venha esse pluralismo das redes ou da imprensa tradicional. Podemos estar a escolher entre uma autocensura complacente com o poder, na imprensa de referência, e uma sinceridade

imoderada nas redes. A pretensa benevolência da capitulação educada às intolerâncias da moda compete hoje em dia com a desbragada virulência pluralista da boçalidade das redes.

É incontornável que, ao olhar hipersolicitado dos prósperos cidadãos das democracias liberais, a democracia formal parece cada vez mais uma resposta esmagadoramente simples, um quase arcaico jogo infantil. Esse sentimento é reforçado pelo enfoque nos mecanismos formais de participação, em particular o voto regular. O acesso quase universal às redes sociais e a sua crescente relevância política podem dar a ilusão de colmatar a dificuldade de participação rotineira na vida da democracia. Esse entusiasmo precisa de ser moderado. Dificilmente a democracia digital substituirá o dedo pintado dos primeiros entusiasmos eleitorais nas democracias jovens. O ativismo digital é uma forma especializada de participação que arrisca desvalorizar o voto como mecanismo não apenas de participação, como de escolha e escrutínio dos governantes. Se o ativismo e a rua são fontes fundamentais de inovação social, a democracia liberal necessita de uma componente de ação não direta, mediada por eleições e pelo escrutínio calmo dos representantes, ou seja, a democracia liberal precisa de alguma mediação do tempo. A ágora digital é um espaço fértil de desatenção ao próprio processo de debate e formação de opinião em que devem ancorar os direitos civis. Não devemos nunca deixar de estranhar que a participação nas redes e nas novas plataformas digitais seja chamada de cívica ou de tóxica, consoante a origem ideológica dos impulsos. Não é claro que a abertura e aparente anarquia reinante nas redes sociais seja mais perniciosa à liberdade que o controlo das redes pelo Estado, antes pelo contrário. A tentativa de controlar o discurso público, natural do ponto de vista dos interesses das elites políticas, deve ser apenas sopesada pela dimensão do controlo que foi tornada possível pelas novas tecnologias. Idealmente, o uso das redes para o aprofundamento da democracia precisa de equilibrar o ganho de informação e, potencialmente, de deliberação, com a tentação de vigilância pelo Estado. Será lícito a democracia servir-se de mecanismos não democráticos para “salvar” a democracia? Provavelmente, não. O ideal, face às redes, seria aumentar-lhes o pluralismo, no sentido de debate aberto e tolerante, sem diminuir o seu evidente manancial de participação.

A garantia de pluralismo e liberdade nas redes não pode ceder ao velho impulso das elites de silenciar a pretexto da verdade. Essa ameaça ganha agora contornos aterradores porque acompanhada da capacidade para o controlo efetivo, instantâneo e universal das dissidências individuais e coletivas. Um dos grandes desígnios das democracias liberais é o pluralismo e o respeito pela diferença. É a onnipresença do pluralismo que deslegitima a violência política. Neste aspeto, é necessário perceber se a virulência e a violência verbal nas redes incendeiam ou aliviam a violência não virtual, nas ruas. O ideal seria a invenção de mecanismos democráticos com capacidade argumentativa contra a virulência de grupos minoritários incendiários e ao mesmo tempo resistentes ao instinto iliberal de prescrever absolutamente o tortuoso caminho da verdade, incluindo os usos da tolerância e da ciência.

No que diz respeito ao uso da ciência, a busca da verdade dispensa uma religião da verdade. Confundir a autenticidade política com a verdade da ciência é perverter a política e instrumentalizar a ciência. A política não trata apenas dos limites e do real, mas também das preferências e das aspirações. O debate democrático trata tanto do reconhecimento das preferências e do outro, como da descoberta dos limites do real aos sonhos individuais e coletivos. A ciência deve ser comunicada por cientistas, e não apropriada por fações

políticas. A politização da ciência ameaça a ciência. A ciência é a verdade refutável segundo critérios exigentes e, por isso, provisória. A argumentação política especializa-se em evitar e ignorar a refutação. Nisso, a política distingue-se irremediavelmente da ciência.

É impossível pensar o futuro da democracia sem pensar na participação e, até, entusiasmo dos jovens. Os jovens são o futuro, embora não já. A tentação de diminuir a idade mínima para votar pode tornar-se avassaladora. Em alguns países, observa-se alguma tendência para a facilitação do acesso ao voto para idades mais baixas e para não nacionais. Felizmente afastados de uma democracia censitária, corre-se talvez o risco de uma parte substancial do eleitorado ser constituída por adolescências com dificuldade em conciliar o entusiasmo por novos mundos com o realismo da inserção económica e social. Menos popular é despende mais energia, quiçá até aqui insuficiente, na promoção da participação pelo voto e pela voz pública.

A participação ativa e generalizada na vida política pode tornar-nos coletivamente mais racionais, obrigando-nos a reconhecer e a gerir a diversidade. A participação pode ser vista como uma “correção” da representação. Ora, os meios para ativarmos essa participação em momentos concretos, produtivos, emancipadores estão hoje ao nosso alcance. A ativação da liberdade positiva da participação deve figurar em todas as agendas de reforma democrática.

Pluralismo

A democracia do reconhecimento do outro e da sua dignidade provavelmente necessita de mais do que o voto, mais ainda quando as personalidades individuais e a força agregadora dos pequenos grupos se tornaram muito mais complexos do que alguma vez foi nos primórdios do estabelecimento das instituições da democracia. Só o pluralismo pode ultrapassar os vícios e as misérias da participação, o pluralismo como corretivo dos limites e dos números da participação. É, no mínimo, curioso que a visão idealista da participação nas ruas, tão querida à burguesia confortável, órfã de idealismos do passado, não se estenda ao diálogo das redes, em muitos aspetos hoje mais espontâneo, mais universal e mais “proletário” do que o voto em urna.

A democracia, tantas vezes simplificada como o governo da maioria, não pode prescindir das minorias. Para isso, precisa, primeiro, de as detetar e de as ouvir, quiçá a gritar, sejam essas minorias as existentes, as emergentes, as sensatas ou as virulentas. As redes são hoje, como é evidente, um radar implacável de revelação e, até, de engajamento das minorias. É difícil pensar num melhor mecanismo. Esse valor informativo e plural não deve ser desvalorizado. E, no entanto, uma parte substancial da vida nas redes deve ser preservada como se preserva o secretismo do voto, próprio da democracia liberal, absolutamente distinto do voto de mão no ar, esse sim, capaz de gerar sem dificuldade a tirania da maioria.

Os representantes têm responsabilidade não apenas pela participação eleitoral, mas também pelo pluralismo político, mesmo se participação é claramente do interesse dos representantes, porque os legitima, e o pluralismo pode jogar contra eles, escrutinando-os em contínuo e, potencialmente, deslegitimando-os.

O pluralismo das redes, que tantas vezes também é uma forma de desabafo dos descamisados, tem com certeza o papel de ouvir os que, por qualquer razão, se sentem ou se colocaram fora dos impulsos institucionais da democracia. A participação “impulsiva”, nas ruas ou nas redes, é um seguro de vida da bondade do processo democrático. Lembra-nos que nem sempre a maioria está mais próxima da verdade e da justiça: é um canal para as minorias, tantas vezes bem informadas sobre as insuficiências da maioria, se expressarem de forma eficaz. O avanço das democracias ocidentais no campo dos direitos civis, dos direitos das mulheres e das minorias sexuais, que tantas vezes começou nas ruas, é nos dias de hoje objeto de debate e de definição também nas redes.

Nas sociedades desenvolvidas, o perigo da censura é hoje evidente, materializado já numa autocensura militantemente envergonhada. Temos de resistir a chamar propaganda aos argumentos da parte com que não simpatizamos. A pretexto de ordenar o caos de opinião, seria trágico perdermos, a pretexto do “caos” das redes, um dos pilares inequívocos da democracia liberal: a liberdade de opinião. Se a liberdade opinativa pode alcançar picos de boçalidade e indignidade nas redes, é difícil aceitar uma regulação das redes que vá além da normal e comedida regulação do discurso público, nomeadamente contra a difamação e o discurso de ódio. Oferecer ao Estado instrumentos de regulação extraordinários no caso das redes arrisca levar-nos ao que já é evidente em estados iliberais: um controlo da opinião e da própria vida dos cidadãos que faria corar os narradores das grandes distopias autoritárias baseadas no controlo do livro e da palavra.

A realidade das redes pode ser interpretada como uma declinação para o mundo da opinião do que é o capitalismo selvagem na área económica. A assembleia inflamada e permanente precisa de enquadramento regulatório. Na violência verbal contra os representados, o ideal é que ninguém fique sem cabeça, nem sem voz. As multidões urgentes desembocam muitas vezes num desejo de morte ou, pelo menos, de morte do pluralismo, como nas grandes revoluções políticas. Garantir a ostracização da violência política pode implicar a marginalização da violência vocal nas redes, mas só na medida em que isso não fira desnecessariamente o pluralismo. As redes são uma fábrica de pluralismo, no sentido benévolo, mas também no sentido perverso de aumentar a polarização e exacerbar artificialmente as diferenças.

É preciso promover interpretações não literais do “texto” das redes sociais, usar esse diálogo como os “fora” das empresas privadas, extraindo informação preciosa para perceber as preferências dos cidadãos consumidores, assim como recolhendo sugestões valiosíssimas sobre a inovação do próprio processo democrático.

Os alertas para o perigo que vem das redes esquecem a sua benigna pulverização. Mais do que evitar essa opinião fragmentada em conteúdo e estilo, importa manter presente a importância das eleições periódicas e da governação contínua como o alvo do debate e contestação.

Se a democracia é o pior regime, à exceção de todos os outros, não será arriscado dizer que a democracia liberal será mesmo o melhor sistema, com uma possível ressalva. A democracia liberal preserva o pluralismo a tal ponto que não possui mecanismos internamente consistentes para prevenir em absoluto um desejo maioritário a favor da interrupção da liberdade de opinião, a não ser que essa falha “sistémica” seja afinal, uma virtude.

As redes, de Rousseau a Schumpeter

Como apontámos acima, o passe mágico de Rousseau, que transforma as muitas vontades e interesses individuais numa vontade geral, só faz sentido, no limite, numa cidadania de muito poucos ou de muitos exatamente iguais. A democracia de muitos exatamente iguais, além de desinteressante, nem precisaria de ser democracia, funcionaria igualmente enquanto ditadura. O governo de muitos, todos iguais, reduzir-se-ia a mera burocracia, simples mercearia, e o que cada um aí desejaria, individual e coletivamente, seria de tal forma o mesmo que as ideias de individual e coletivo perderiam as suas diferenças e o seu sentido. Também a ideia de participação e o de pluralismo perderiam os seus contornos e a sua importância como motores do processo democrático. Nesse mundo, a democracia da vontade geral faz sentido porque não há, *stricto sensu*, vontade geral: somos todos iguais e queremos todos a mesma coisa. O problema do coletivo e da democracia desaparece.

Esse mundo anódino de uma multidão de iguais em que a democracia rousseauiana encontra o seu lar natural e a sua justificação é estranhamente próximo dos modelos económicos de indivíduos e cidadãos e consumidores homogéneos, hoje justificadamente descredibilizados. Na realidade, como Arrow e Condorcet intuíram, não apenas somos diferentes, como o problema de obter decisões coletivas que sejam tão coerentes como as individuais é central e, por vezes, inultrapassável. Isto sem abordar a própria irracionalidade de base das decisões e escolhas individuais, tornadas cada vez mais objeto de estudo e evidência. O mito do cidadão votante racional, ponderado, que considera o seu interesse e os interesses do todo, tem sido calmamente destruído pelos avanços da psicologia e da economia comportamental, o que não exclui que uma racionalidade comum, dos grandes números, possa rodear algumas das insuficiências individuais.

Rousseau alerta para a corrupção do cômputo geral da vontade por grupos de interesse, os chamados oligopólios da vontade. A soma da vontade desses grupos corrompe a vontade geral, porque a torna menos geral. É difícil acomodar a esta ordem de pensamento as razões de eficiência que levam à emergência de empresas, no sector privado, e de partidos, na vida pública. O contraste com os mecanismos institucionais da liberdade tão essenciais a Schumpeter não podia ser mais claro. Para o austríaco, a ideia de instituição convive bem, se não depende, pelo menos em parte, com a capacidade de ultrapassarmos o atomismo social e construirmos atores, por exemplo os partidos ou a imprensa, capazes de sustentarem debates e expressarem interesses concorrentes.

Rousseau sublinha a necessidade de cidadãos bem informados. A vontade geral só mostrará todas as supostas virtudes a partir de cidadãos informados que decidem por si mesmos. A imprensa organizada, como “associação seccional”, não faz parte, para Rousseau, do campo da virtude. Não se for feita de alguns, poucos, *outlets* poderosos. Para Rousseau, quanto aos atores da imprensa, é sensato “multiplicar o seu número e prevenir a desigualdade”, só assim a imprensa informará a vontade geral e a protegerá do erro. Ou seja, na versão reconhecidamente pueril da democracia rousseauiana, para nossa surpresa, as redes sociais, tal como os pequenos produtores, seriam atores essenciais. Mas, se a tecnologia permite esse pulular de vontades gerais dentro de cada grupo, a mecânica da sua interação parece contrariar os grandes consensos e prejudicar a ação coletiva. No mundo ideal da democracia rousseauiana, o hipermecanismo do tipo rede social criaria

esse consenso e esse ânimo comum. Infelizmente – ou não? –, o pluralismo das redes não só é um mecanismo de informação atomizada, como parece trabalhar não a favor, mas contra a “vontade geral” rousseauiana.

O caos das redes fornece um mecanismo para a emergência de várias “vontades gerais”, infelizmente partilhadas entusiasticamente quando implicam a desautorização e o linchamento do outro. Ao mesmo tempo, a multiplicação dessas bolhas de vontade e o seu estilo de “argumentação” corroboram o pessimismo de Schumpeter quanto ao poder da razão para definir um bem comum. O “pacote indeterminado de impulsos vagos”, que serviu a Schumpeter para desacreditar a ideia de vontade geral, encontra uma expressão magnificada nas redes. De repente, não é preciso imaginar o outro, ele está à nossa frente, tomando uma forma não necessariamente agradável. As redes são palco de evidência e também de acentuação do viés da racionalidade individual e coletiva. Essa racionalidade falha, ao nível individual e de grupo, que Schumpeter reconhecia como limitando os devaneios de uma vontade geral, é desnudada todos os dias pela expressão multitudinária e desbocada dos cidadãos das redes. A vontade do povo, segundo Schumpeter, é um “mosaico” que fracassa a possibilidade de ser “representativo”. Uma boa definição de redes sociais.

Do ponto de vista da democracia schumpeteriana, a falha da democracia das redes, além do despertar do irracional, seria a sua dificuldade, ou absoluta inépcia, quanto à capacidade de inovação da arquitetura institucional da democracia liberal. O desafio é tornar as redes em contribuintes líquidos para os procedimentos em que se ancora a democracia liberal e moderar a tendência que as redes evidenciam para criar uma multiplicidade de “vontades gerais” volúveis, mas bêbedas de tiques absolutistas e urgências justicialistas. A virtude de “acelerar” o tempo da democracia em resposta às redes pode ser exagerada. As redes sociais ainda não se constituem em base de um diálogo social para levar rapidamente à letra.

Schumpeter reconhece as vontades dos grupos como genuínas, assim como a legitimidade de os organizar, “a partir de baixo”, mas participando com a opinião pública no alimento dos procedimentos democráticos. Nesse sentido, o poder atual das redes enquanto expressão está muito além do seu poder enquanto organização. Enquanto Rousseau estaria em casa se das redes emergisse mais facilmente uma “vontade geral” única e consensual, o que não parece de todo acontecer, Schumpeter estaria mais confortável se os impulsos expressos na rede se organizassem em grupos e em “instituições” que enriquecessem o pluralismo democrático. Uma forma de entender esta dualidade das redes é pensar no custo de entrada. A entrada no debate e a difusão das opiniões têm nas redes um custo praticamente nulo. Também a diminuição do outro e a opinião que não compromete o autor têm um custo baixo de produção e difusão. Daí a multiplicação de “vontades gerais”, *malgré* Rousseau. Já o custo de criação e organização de “instituições” e grupos concretos, capazes de intervir na realidade concreta da democracia, continua alto, o que limita o contributo das redes para a arquitetura institucional da democracia liberal.

Vontade e Representação

O impulso aristocrático para a governação das sociedades pelos melhores – os *aristoi* – não pode ser desvalorizado, mas um dos méritos da democracia é poder funcionar com os piores ou, pelo menos, com os menos bons. Julgo que a experiência recente de algumas

democracias ocidentais ofereceu resultados reconfortantes nesse capítulo, muito longe das premonições da indústria de profetas da desgraça. A democracia é um processo e um conjunto de instituições capazes de manterem a governabilidade em presença não dos melhores, mas dos menos bons e dos medianos. Na citação apócrifa de Abraham Lincoln, “Deus deve gostar das pessoas comuns, uma vez que as fez em tão grande quantidade”. Queixamo-nos da sociedade de massas como um mole homogênea, mas agora as massas exibem uma assustadora explosão de diversidade, se não de bom senso. A pergunta “que povo?” e “quando pode o povo ser povo?” deixou de ter resposta vinda de cima. As redes sociais são a ponta do icebergue invisível que não apenas nos ameaça, mas revela também o que até há pouco tempo permanecia abaixo da linha de água.

Seria paradoxal que essa democracia da atenção passasse por um mero moldar do ritmo e do conteúdo das redes aos desejos das elites, dos “melhores”. Passámos dos consumidores de opinião para os pequenos produtores e consumidores de opinião. Tal como nas redes alternativas de produção de eletricidade, ligadas à grande rede por protocolos equilibrados, é difícil que os *media* do futuro não se vislumbrem já numa certa simbiose entre os informadores informais e as redes de *media* estabelecidos. As redes e a imprensa são hoje mecanismos que se escrutinam mutuamente. Será sempre difícil, se não impossível, recuar a um tempo em que os *media* tradicionais não conseguiam sentir o pulsar e o argumentar das várias massas invisíveis e daí extrair inspiração, informação e ritmo. Ou até, mais relevante para a democracia, escrutínio daqueles no poder.

Essa explosão de opinião, sentimento, propaganda e desinformação facilitada pelas redes pôs, no entanto, em evidência, como um governo “pelo povo” não é necessariamente um governo “para o povo”. Se as questões quantitativas permitem a negociação e o compromisso, as questões da virtude polarizam e fecham o espaço de compromisso. Na esteira da descoberta do valor da economia da atenção, é necessário trabalhar uma “democracia da atenção”, com incentivos para que o maná de recursos informativos se possa transformar em reflexão pausada e decisão informada.

Paradoxalmente, o avanço do poder plebeu das redes é acompanhado pela ascensão política das celebridades da televisão e do humor. A rede, que gera controvérsias apaixonadas, não parece ter a primazia na criação de candidatos credíveis a gerir a coisa pública. Paradoxalmente, os velhos meios de comunicação, a televisão e o cinema, parecem cada vez mais pródigos na proposta de novos representantes. A quantidade de eleitos bem-sucedidos que se iniciaram no comentário televisivo, nos concursos e no humor, tem-se multiplicado.

Para um Diálogo Realista com o Futuro

O futuro não chega com intenção de destruir a democracia. Nesse sentido, o futuro é agnóstico e cabe à democracia reagir e aperfeiçoar-se. Sim, a democracia é frágil e o futuro complexo. A cultura da sociedade do bem-estar, a globalização, o movimento e o envelhecimento dos cidadãos e a tecnologia são factos que trazem desafios, mas também recursos para o aperfeiçoamento das instituições e dos mecanismos democráticos. Nomear os dados do futuro provável serve não apenas para estabilizar os nossos receios, mas para mobilizar a democracia para um diálogo realista com as oportunidades, mais do que as ameaças, do futuro.

A confiança na democracia alimenta-se da partilha de um entendimento mínimo da realidade a que se soma a confiança na ação de um coletivo sobre essa realidade. Mais do que transformar a política para se sujeitar à nova complexidade do mundo, o desafio é melhorar, aperfeiçoar e, sim, adaptar a democracia a essa complexidade. Qualquer que seja o futuro, teremos sempre política. O desafio é que essa política funcione bem sob a casca e o corpo da democracia. Se à complexidade do mundo devemos responder com uma democracia também mais complexa ou mais simples, está por determinar. Como uma boa teoria, a democracia deve simplificar a vida política tanto quanto possível, mas não mais.

A democracia exige a parte do cálculo e da calma, da representatividade, e tem a parte da urgência e do impulso. Enquanto a primeira tem sido reforçada pela expansão da ciência e trabalha quase nas sombras, a segunda é alimentada pelas novas tecnologias e pela multiplicação das legitimidades e identidades pessoais e coletivas. Mas a segunda não deixa por isso de ser essencial ao pluralismo futuro. A democracia do futuro não pode ignorar as novas possibilidades tecnológicas da participação, sem, ao mesmo tempo, acautelar o verdadeiro pluralismo e a tolerância.

Referências

- Anderson, Benedict (1998), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso.
- Arrow, Kenneth J. (1963), *Social Choice and Individual Values*, Yale University Press, New Haven.
- Bauman, Zygmunt (2007), *A Vida Fragmentada – Ensaio sobre a Moral Pós-Moderna*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Beck, Ulrich (202), *Sociedade de Risco Mundial*, Edições 70.
- Camps, Victoria (1996), *Paradoxos do Individualismo*, Lisboa, Relógio D'Água
- Condorcet, Marquis de (1785), *Essai Sur l'Application de l'Analyse à la Probabilité des Décisions Rendues à la Pluralité des Voix...*, Imprimerie Royale.
- Garcés, Marina (2017), *Nueva Ilustración Radical*, Nuevos Cuadernos Anagrama.
- Gerchunoff, Santiago (2019), *Ironía ON: Una Defensa de la Conversación Pública de Masas*, Nuevos Cuadernos Anagrama, 13.
- Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Harvard University Press.
- Innenarity, Daniel (2021), *Uma Teoria da Democracia Complexa*, Porto, Porto Editora.
- Innenarity, Daniel (2021), *Conversa sobre o Futuro da Democracia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fórum Futuro.
- Khan, Paul W. (2021), *Conversa sobre o Futuro da Democracia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fórum Futuro.
- Lindblom, Charles (1977), *Politics and Markets: The World's Political Economic Systems*, Basic Books, New York.
- Maduro, Miguel Pinares e Khan, Paul W. (2020), *Democracy in Times of Pandemic – Different Futures Imagined*, Cambridge University Press.
- Maslow, A.H. (1943), "A Theory of Human Motivation", *Psychological Review*, 50, pp. 370-396.
- Popper, Karl (2018), *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, vol. II, Lisboa, Edições 70.
- Rodrik, Dani (1998), "Why do More Open Economies Have Bigger Governments?", *Journal of Political Economy*, vol. 106, No. 5, pp. 997-1032.
- Rousseau, Jean-Jacques (1968), *The Social Contract*, Penguin Books, London.
- Schumpeter, Joseph (1976), *Capitalism, Socialism, and Democracy*, Allen and Unwin, New York.
- Sloterdijk, Peter (2010), *Cólera e Tempo*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Sloterdijk, Peter (2008), *Palácio de Cristal*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Tavares, José (2019), *A Europa Não É Um País Estrangeiro*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tavares, José (2013), "Crise, Cólera e Liberdade", *Revista XXI, Ter Opinião*, 2.

** O meu agradecimento a Gonçalo Moita pela leitura e sugestões.

